



ENSAIOS EM ECONOMIA PORTUGUESA NA UNIÃO EUROPEIA

ESSAYS ON PORTUGUESE ECONOMY IN THE EUROPEAN UNION

LAS PRUEBAS EN ECONOMÍA PORTUGUESA EN LA UNIÓN EUROPEA

José Diêgo Lima do Nascimento

Especialista em Gestão Pública
(UNIVASF)

Av. José de Sá Maniçoba, s/n, Centro, 56304-917 – Petrolina/PE, Brasil

Email: nascimento.jdl@gmail.com

Edilson Pinheiro Araújo

Mestre em Economia
(UFC)

Coordenador do curso de Administração
(UNIVASF)

Email: edilson.araujo@univasf.edu.br

RESUMO

O presente trabalho busca examinar a participação da economia portuguesa na união europeia, ao longo do período de 1986 até os dias atuais. O objetivo central deste ensaio é verificar a evolução das principais variáveis no desenvolvimento da economia. Deste modo, a adesão da economia portuguesa ao contexto europeu reflete a mudanças estruturais na realidade político-econômica de Portugal.

Palavras-chave: Portugal; União Europeia; adesão.

ABSTRACT

This work aims to examine the Portuguese Economic participation in European Union over the 1986 year until nowadays, and to verify the evolution of the main variable in the development of the economy. Thus, the accession of the Portuguese Economy in the European context reflex in structural changes in the politic-economics reality in Potugal.

Keywords: Portugal; European Union; Accession

RESUMEN

Este estudio tiene por objeto examinar la participación de la economía portuguesa en la Unión Europea, durante el período de 1986 a nuestros días. El objetivo central de este ensayo es verificar la evolución de las principales variables en el desarrollo de la economía. Por lo tanto, la adhesión de la economía portuguesa al contexto europeo refleja los cambios estructurales en la realidad política y económica de Portugal.

Recebido em 03.09.2018. Publicado em 21.05.2019



Licensed under a Creative Commons Attribution 3.0 United States License

Palabras clave: Portugal; Unión Europea; adherencia.

1. Desenvolvimento Macroeconômico

A inclusão de Portugal ao cenário comum europeu, em 1986, foi desencadeada como um processo de intensa relevância para o panorama político e econômico nacional. Todavia, as junções de fatores internos e externos corroboraram intensamente para a conjuntura da realidade portuguesa. Deste modo, como descrever o desenvolvimento da economia portuguesa a partir de 1986? Assim, a ênfase oferecida por meio deste ensaio, busca a descrição, ou simplesmente averiguação do processo de desenvolvimento da economia lusitana, que consiste em um conjunto de premissas que visam explicar a existência de entraves determinantes e influenciadores das variáveis macroeconômicas apresentadas no decorrer do período de 1986 em diante.

1.1. Panorama Internacional

Devido fatores como o cenário internacional de fortes mudanças ocasionadas pelo fim do sistema de Breeton Woods; aumentos do nível de preço do petróleo; e entrada maciça na participação dos países asiáticos na economia mundial, o sistema financeiro internacional precisou entrar num processo de forte transformação. Dessa maneira, assumindo uma nova roupagem, isto corroborou para que durante tal processo de transformação, alguns países do velho continente desencadeassem um processo de crise econômica.

A economia portuguesa, que passava por um processo de elevado crescimento havia duas décadas, teve seu desenvolvimento intrinsecamente afetado pelas mudanças globais. Isto ocorreu em consequência da perda de competitividade no mercado internacional, em detrimento da entrada dos países asiáticos, em destaque o Japão e os chamados Tigres Asiáticos que conquistaram parcelas significativas de alguns setores da economia. Tais transformações do cenário internacional, atrelados à situação política de Portugal, afetaram-no até meados da década de 1980, quando os países do continente europeu retornavam ao ponto de equilíbrio dos impactos provenientes da crise e também reestruturação política. Baseado neste contexto e influenciado por possíveis ganhos de competitividade, em 1985, Portugal adere ao tratado de adesão, assentindo em 1986 a CEE (Comunidade Econômica Europeia), assim, reformulando sua legislação, na expectativa de uma maior abertura dos movimentos de capitais, pessoas e serviços, influenciados pela atribuição de uma política comum, proveniente da integração do bloco dos países europeus.

1.2. Retrospectiva dos efeitos da adesão de Portugal na União Europeia

Conduzido por mudanças estruturais advindas através da adesão à União Europeia, Portugal adentrou por um caminho sem precedentes, primeiro em aspectos políticos atrelados à reorganização de seu sistema democrático; o segundo aspecto é condizente a fatores econômicos que melhoraram substancialmente com a adesão de novas políticas macroeconômicas utilizadas, corroborando para maiores níveis de parcerias no comércio internacional, melhorando o comércio externo e derrubando as barreiras comerciais com a Espanha (AMARAL, 2006).

A conjectura disposta por tais mudanças possibilitaram uma maior obtenção de divisas internacionais por parte da economia portuguesa, desenvolvendo seu sistema financeiro nacional, assim como o seu parque industrial doméstico. Nesse prisma é que o governo iniciou programas desenvolvimentistas no intuito de gerar inovações em seus setores mais fragilizados, alguns dos programas de maior destaque são o PEDAP (Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa); PEDIP (Programa Específico de Desenvolvimento da Indústria Portuguesa); e FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento

Regional), que conjuntamente tinham o objetivo de tornar o país mais competitivo, através do melhoramento de seus fatores de produção.

1.3. Retrospectiva pós-processo de adesão de Portugal na União Europeia

Passada a euforia dos primeiros anos de adesão na União Europeia, e consequentemente os fatores positivos desta aquisição, Portugal sentiu os primeiros resultados referentes aos princípios de economia, que diz “não existir almoço grátis”, ou seja, as mudanças relativamente benéficas ao desenvolvimento português, também restringiam as tomadas de decisões políticas por parte do governo.

Dito de outro modo, durante a década de 1980, a economia portuguesa apresentou desequilíbrios em sua estrutura macroeconômica, refletidos na falta de competitividade nos seus mercados de bens e fatores, e também na ausência de instrumentos financeiros eficazes. Isto trouxe desajustes ao setor público que obtinha resultados pouco expressivos em sua Balança Corrente. Por sua vez, para amenizar os *déficits* da Balança de Transações Correntes, Portugal adotou um regime de *crawling-peg*, visando influenciar na competitividade de suas exportações. No entanto, este sistema estava embasado por ciclos viciosos de inflação e desvalorização cambial constante. Com o tratado de Maastricht, muitas transformações passaram a repercutir diretamente em setores ainda muito frágeis da economia portuguesa, entre eles regime de *crawling-peg*, que deu lugar ao regime de unificação monetária, fazendo com que o poder das políticas cambiais, até então, muito usuais em Portugal, fosse limitado.

Consequentemente, os reflexos de tais mudanças impactaram a economia de Portugal, e a ineficiência na supervisão e o alargamento de *déficits* externos aderentes da unificação de moeda geraram uma crise financeira que estouraria em 2007. Muito da crise é proveniente da interligação entre os mercados, posto o forte caráter globalizado das instituições europeias, de modo que a promulgação de políticas entre os agentes econômicos do mercado europeu reverberaria de modo contundente nos demais membros.

Embora ainda existam desequilíbrios ocasionados por resquícios históricos, a adesão possibilitou em aumentos na taxa de crescimento do produto da economia, diminuição da taxa de desemprego, consequentemente aumento no nível de renda das famílias, assim como melhorias em outros indicadores socioeconômicos.

1.4. O desenvolvimento macroeconômico da economia portuguesa na União Europeia

Ao voltar os olhos para um mercado, economistas avaliam fundamentalmente três variáveis: PIB (Produto Interno Bruto); Taxa de Inflação; e Taxa de Desemprego (BLANCHARD, 2006).

Durante a década de 1980 até os dias atuais, pôde-se observar que a economia portuguesa passou por fases distintas de taxas de crescimento acelerado (1986-1998); períodos de recessão (1999-2010); e o período de recuperação (2011 em diante).

No primeiro período dentro do processo de convergência nominal, Portugal obteve reduções da taxa de juros de curto e longo prazo, estabilidade cambial, diminuição da taxa de inflação, e cumprimento dos limites da dívida pública e de seu *déficit* orçamentário. Tais fatores corroboraram para melhorias significativas no campo real da economia da conjuntura vivenciada naquele momento, proporcionando aumento dos níveis de comércio externo e atração de divisas do mercado internacional para a economia portuguesa, muito destes engaranhados pelos ganhos nos termos de troca (ABREU, 2001).

O segundo momento foi composto pela redução das incertezas cambiais, gerando aumento nos níveis de crédito, em principal o crédito imobiliário, fazendo desenvolver o sistema financeiro nacional. No entanto, o aumento do crédito impulsionado pela expectativa de maiores níveis de renda *per capita*, desencadeou o aumento das despesas no setor público,

propiciadas pela perda na competitividade e *déficits* provenientes do setor não-transacionáveis.

Toda essa contextualização leva ao terceiro momento, onde a economia é afetada pela crise internacional de 2007 e aumento sucessivo na dívida pública, levando Portugal a entrar em mais um ciclo recessivo.

1.4.1. Taxa de inflação

O comportamento da taxa de inflação em Portugal pode ser apreciado conforme ilustrado através da Figura 1.

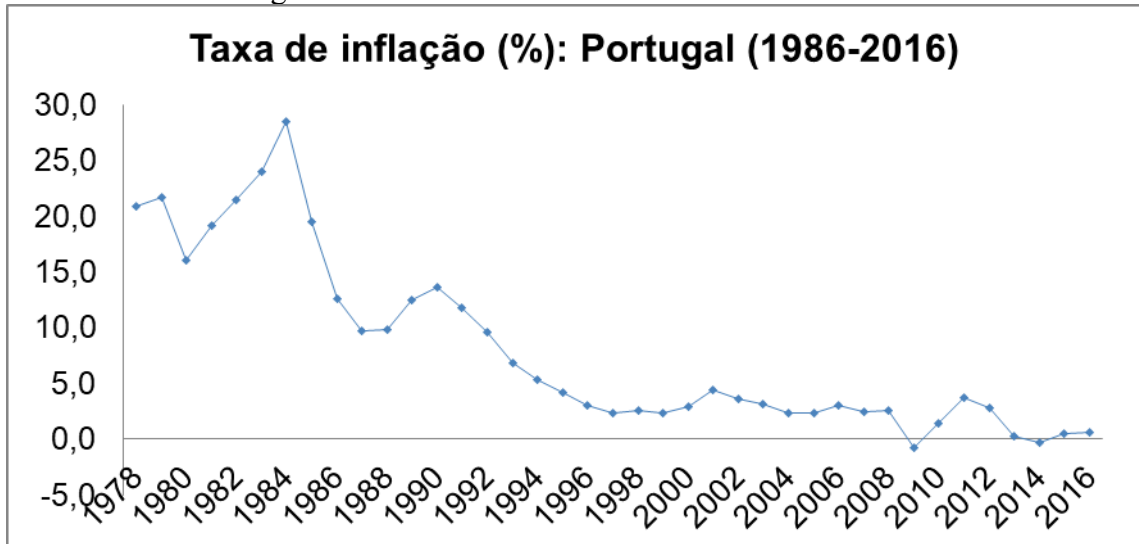


Figura 1: Taxa de inflação (%): Portugal (1986-2016)

Fonte/Entidade: Elaborado pelo autor com base em dados do INE, PORTADATA

De acordo com Lopes e Vasconcellos (2000), a inflação pode ser vista como um processo generalizado e contínuo de aumento no nível de preços. Em Portugal, a evolução do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) evidenciou níveis positivos no decorrer da década de 1990. Tais níveis foram intensificados logo após a entrada do país na CEE, visto que a adesão foi acompanhada por um processo de abrandamento da tendência de aumentos dos níveis de preço, processo este divergente com a tendência dos níveis de preço do mercado internacional e também da valorização do mercado de trabalho.

Com o tratado de Maastricht, os níveis de inflação portuguesa buscaram seguir a tendência da UE (União Europeia), obtendo, inclusive, no início dos anos 2000, taxas de juro nominal semelhantes as da Alemanha até o início da crise financeira de 2008, quando houve agravamento da dívida soberana em Portugal (ALEXANDRE, *et. al.*, 2014).

Tal processo de controle dos níveis de inflação pela economia portuguesa pode ser observado pela eficiência de políticas desenvolvidas por Portugal, visto o período de elevada inflação que o país enfrentou no decorrer de sua história (Figura 2).

Uma Apreciação da Relação de Gastos em Políticas Públicas em Educação e as suas Implicações quanto ao Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Serra Talhada, Pernambuco.

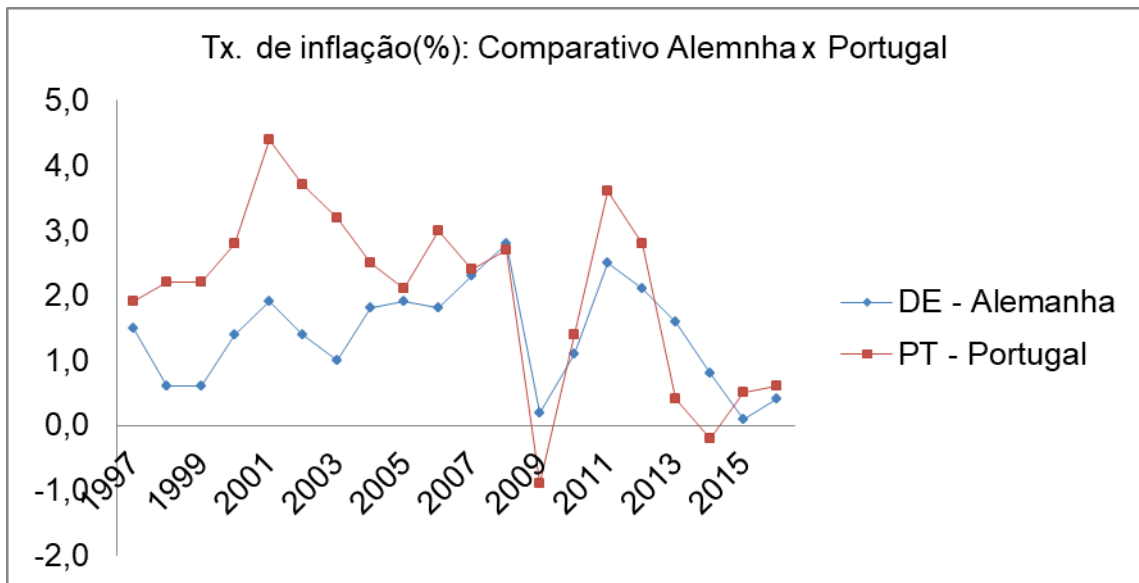


Figura 2: Tx. de inflação(%): Alemanha x Portugal

Fonte/Entidade: Elaborado pelo autor com base em dados do INE, PORTADATA

Uma das políticas colocadas em prática foi em relação ao fim do regime de *crawling-peg*, em que Portugal passou a realizar ligações informais com o Marco alemão, o que trouxe condições necessárias para estabilização nominal e adesão a Zona do Euro, fixado no ano de 1999. Apenas com a crise de 2008 é que os valores médios da taxa de juro nominal não acompanharam a linha de tendência com a média da União Europeia.

1.4.2 Taxa de crescimento real do Produto Interno Bruto

Em reflexo as constantes mudanças por qual Portugal passou, a taxa de crescimento real do PIB se mostrou volátil instável da década de 1980 até a conjuntura atual (Figura 2). O primeiro ciclo que corresponde entre os anos de 1986 até 1993 demonstra tendência decrescente.

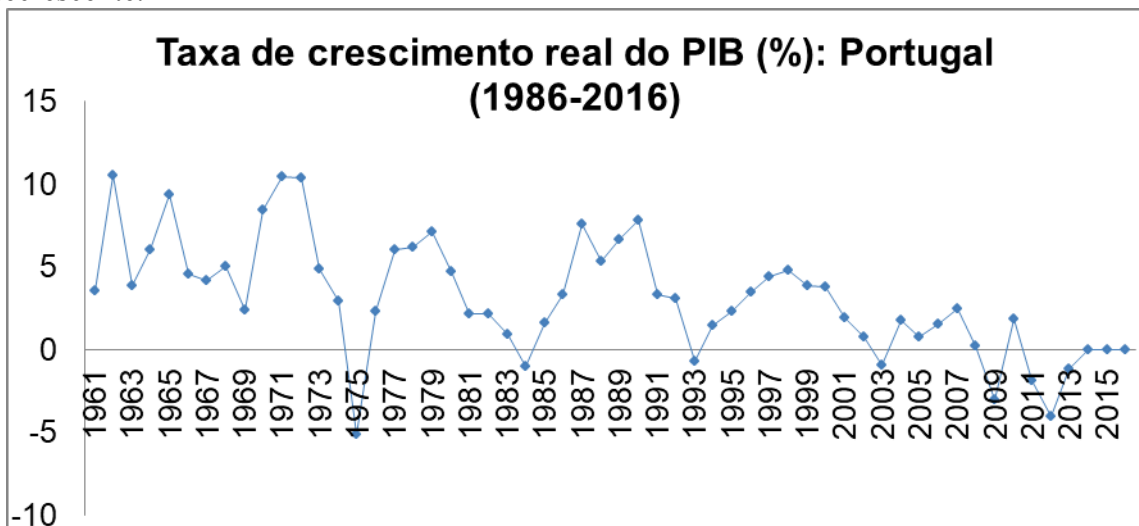


Figura 3: Taxa de crescimento real do PIB (%):Portugal (1986-2016)

Fonte/Entidade: Elaborado pelo autor com base em dados do INE, PORTADATA

Após a adoção de políticas posteriores ao ano de 1993, houve um ciclo de crescimento econômico de tendências positivas até o início dos anos 2000. É possível notar que esta tendência de crescimento foi menor após o ano de 2003.

Em consequência da crise econômica, a tendência de crescimento da taxa do produto português voltou a ser decrescente, estando abaixo da média da União Europeia.

1.4.3 Taxa de desemprego

Conforme podemos destacar através da figura 3, as taxas de desemprego em Portugal obtiveram níveis demasiadamente baixos entre os anos de 1986 e 2004.

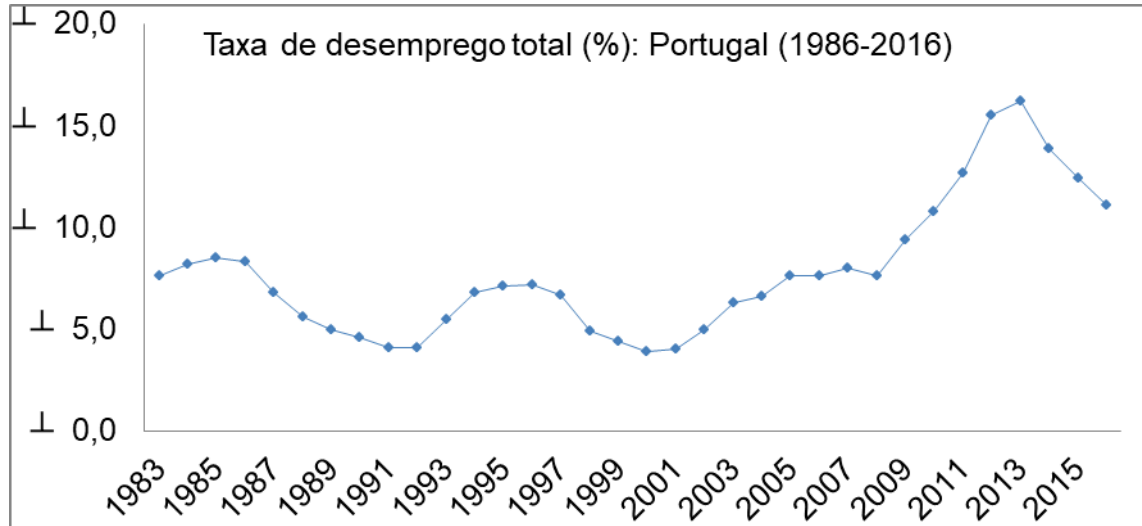


Figura 4: Taxa de desemprego total (%):Portugal (1986-2016)

Fonte/Entidade: Elaborado pelo autor com base em dados do INE, PORTADATA

Porém, em decorrência de perturbações geradas pela perda de competitividade e mudanças nos instrumentos de política econômica, após o ano de 2004, é possível perceber o elevado crescimento na taxa de desemprego, seguindo tendência constante até o ano de 2013, onde, embora os patamares de desemprego ainda sejam bastante elevados, é possível observar uma diminuição na taxa.

2. Conclusão

Muitos podem ser os arcabouços teóricos obtidos através da análise das variáveis econômicas retiradas a partir do histórico de Portugal, e mais ainda intensas podem ser as apreciações relativas à adesão do país em relação à União Europeia em detrimento da flexibilidade com que são tomadas as decisões político-econômicas para desenvolvimento de uma economia no curto e logo prazos.

É possível perceber que a adesão portuguesa a União Europeia repercute diretamente na reformulação de estratégias de caráter monetário por parte do governo e que o despreparo em combinar políticas monetárias e fiscais pode trazer desequilíbrios nas finanças públicas capazes de mudar a estrutura da tendência de crescimento das variáveis de uma economia.

Sendo assim, a combinação de política orçamental deve desempenhar adequadamente sua função no intuito de prover equilíbrios nas variáveis econômicas no desígnio de corroborar para o fortalecimento estratégico do governo, fazendo-o eficiente quanto ao seu papel e, desta forma, contribuindo com a necessidade em estimar-se estratégias em relação as principais variáveis econômicas no intuito de conjunturas uma melhor estruturação de políticas fundamentadas com o desenvolvimento do Estado Português e a sua boa governança.

Uma Apreciação da Relação de Gastos em Políticas Públicas em Educação e as suas Implicações quanto ao Desenvolvimento Socioeconômico no Município de Serra Talhada, Pernambuco.

Referências

ABREU, M. Da adesão à Comunidade Europeia à participação na União Económica e Monetária: A experiência portuguesa de desinflação no período 1984-1998. *Boletim Económico do Banco de Portugal*, v. 7, n. 4, Dezembro, p. 17-38, 2001.

Amaral, João Ferreira do. O Impacto Económico da Integração de Portugal na Europa. **Nação e Defesa**, n. 115 – 3^a série, p. 113-128, 2006.

BLANCHARD, O. **Macroeconomia**. 4. ed. São Paulo: Prentice Hall, 2006.

LOPES, L.M. & VASCONCELLOS, M A S. **Manual de Macroeconomia Básico e Intermediário**. São Paulo: Atlas, 2000.

Indicadores Económicos, PORDATA, disponível em: <https://www.pordata.pt/Portugal>. Acesso em: 16 out. 2017.